

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6325	9656/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação- Praceta Manuel Álvares 4 - Braga		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 30334/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/6216 de 24 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 30334/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-3645 de 13/02/2026

REQUERENTE: Porção Laboriosa-Unipessoal, Lda

LOCAL DA OBRA: Praceta Manuel Alvares, n.º 4, freguesia de Braga (S. Vicente)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP7]

INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-3645 de 13/02/2026, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de alteração, que pretende levar a efeito no prédio sito na Praceta Manuel Alvares, n.º 4, freguesia de Braga (S. Vicente), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 573/19940802, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1992.

2. ANÁLISE

2.1. Projeto de arquitetura

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado por despacho de 24/11/2025

2.2. Projeto de condicionamento acústico

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3. Projeto de águas residuais

2.3.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.3.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.4. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

2.4.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.5. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

2.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.6. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.6.1. Apresentou termo de responsabilidade pela segurança e solidez da edificação, nos termos do n.º 1, do artigo 10º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, quanto ao



cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, nos termos da Lei 31/2009 de 03 de julho.

2.7. Projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)

2.7.1. Apresentou projeto e a ficha ITED, encontrando-se corretamente instruído.

2.8. Projeto de abastecimento de água

2.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.8.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer.

2.9. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10. Projeto de conforto térmico

2.10.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.10.2. Apresentou os pré-certificados energético, SCE394883742 e SCE394884339, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.11. Operação urbanística com impacto relevante ou impacto semelhante a uma operação de loteamento?

2.11.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

2.12. Outros

2.12.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

Analizados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3.1. Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;



3.2. Após informação superior e despacho, deverá notificar-se a entidade requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

4.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

4.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.

4.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação dos arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

4.2. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.

4.3. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.

4.4. Cumprimento em obra, do disposto do Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.

5. INICIO DOS TRABALHOS

De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP7]



DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

